

## Political campaigning, electioneering, marketing and post-truth. Codes of conduct for political parties PT (Portuguese)

[00:00:18] Bem-vindos(as), eu sou Tatiana Monney e sou Especialista Eleitoral no escritório do PNUD de apoio a políticas e programas em Nova York. É um prazer conhecê-lo(a) online para apresentar à segunda parte do módulo 4. A apresentação anterior deste curso online ilustrou o trabalho, jornalistas, mídia e profissionais eleitorais ao aproveitar a oportunidade da era digital onde também abordaram a prevalência muito maior de manipulação de informações não verificadas e poluição de informações no atual ecossistema de informação. Neste contexto, líderes políticos estão em uma posição-chave no centro da competição para ajudar a criar um ecossistema online construtivo. No que alguns chamam de era pós-verdade, uma nova era na qual os sentimentos importarão mais do que os fatos, seria isso realista? Quais são as experiências, riscos e oportunidades quando os líderes políticos adotam uma estrutura legal específica como legislador? Bem, vamos dar uma olhada na consideração preliminar de algumas dessas questões. Gostaria de começar primeiro com um documento de referência para assistência eleitoral da ONU, o Relatório do Secretário Geral de 2021 sobre como melhorar eleições periódicas e genuínas. O relatório incentiva os estados membros a considerarem maneiras pelas quais candidatos e outros líderes políticos de todo o espectro possam se comprometer voluntariamente com comportamentos responsáveis durante os processos eleitorais. O relatório também especificou que isso também se aplicaria em relação às atividades online e que a ONU está pronta para apoiar os estados membros se eles solicitarem isso. Você encontra esses relatórios no material introdutório com uma visão geral da assistência humanitária, bem como uma visão de como a ONU processa a solicitação de assistência eleitoral. Em segundo lugar, gostaria de me concentrar no conteúdo e na contribuição dos compromissos voluntários dos líderes políticos que estão sendo colocados em prática. Tradicionalmente, os compromissos voluntários variam de preocupações específicas com campanhas políticas ou períodos pós-eleitorais específicos, compromissos como pedir para que os eleitores não destruam cartazes da campanha até questões mais ambiciosas, como não recorrer à intimidação e à violência. Na era digital os compromissos recentes dos líderes políticos incluem cada vez mais promessas de usar fontes de informação verificadas e oficiais ou de usar a publicidade política de maneira responsável. Eles também visam prevenir práticas prescrevendo voluntariamente o uso de material digital vazado ou roubado ou evitando transmitir intencionalmente informações falsas ou enganosas. Em nossa prática, recebemos feedback sobre esse tipo de acordo voluntário quando eles realmente refletem visões pluralistas eles podem, a curto prazo, impactar positivamente o ambiente da campanha digital. Os compromissos voluntários também cobriram lacunas legais e evitaram o excesso de regulamentação. A longo prazo os compromissos também podem ajudar a testar e calibrar as medidas antes que os legisladores considerem colocá-las em leis. Em suma, eles podem ser úteis. No entanto, eles exigem um relatório confiável sobre a implementação dos compromissos para que os eleitores possam fazer uma escolha informada sobre se um candidato é confiável e se deseja apoiá-lo. O relatório seria estabelecido por uma observação eleitoral imparcial da sociedade civil e por meio de reportagens confiáveis de jornalistas e da mídia. Os líderes, por sua vez, mudariam seu comportamento, se distanciariam ou garantiriam que seus apoiadores usassem a contenção. Em parte por causa de sua preocupação de que isso os custaria votos. Na era digital ouvimos anteriormente sobre a dificuldade de identificar relatórios confiáveis, e isso afeta a capacidade dos cidadãos de entender se os líderes cumprem ou não os compromissos voluntários. Como acabamos de ouvir, organizações da sociedade civil e jornalistas estão aumentando seu monitoramento e verificação de fatos online para responsabilizar os líderes. As empresas de mídia social também desenvolveram

processos de moderação e precisam fortalecê-los, por exemplo, impedindo que o algoritmo apoie emoções mais do que fatos para gerenciar com responsabilidade a publicidade política e fornecer a transparência necessária sobre o funcionamento da plataforma para os eleitores. Em suma, é necessário um ecossistema online saudável. Vamos passar para uma segunda ação na qual os líderes políticos estão envolvidos como legisladores, o regulamento. Um relatório recente do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, cujo está disponível nas referências, o relatório afirma que muitas legislações sobre discursos de ódio e desinformação permanecem ambíguas e que essas legislações criam um amplo escopo para que tais intervenções sejam arbitrárias ou ser usado para fins políticos ou outros fins impróprios. O documento, publicado em maio de 2022, também relata 931 desligamentos da Internet em 74 países entre 2016 e 2021, e 52 eleições afetadas pelos desligamentos de internet no mesmo período. Eles foram documentados por uma coalizão de 224 organizações da sociedade civil, a coalizão #KeepItOn. O relatório nos lembra que o Comitê de Direitos Humanos em 2011 e o Conselho de Direitos Humanos em 2016, bem como os representantes do procedimento especial e seus pares de organizações regionais, todos anunciaram a incompatibilidade de desligamentos de internet com relação as leis internacionais de direitos humanos. Em suma, o relatório lembra aos Estados-Membros e aos legisladores que eles precisam ser extremamente cuidadosos quando as limitações da liberdade de expressão estão em jogo e que precisam cumprir os critérios estabelecidos pela legislação em matéria de direitos humanos. No PNUD, definimos o objetivo ambicioso da estrutura de pesquisa de governança para apoiar medidas legislativas e regulatórias para promover todas as liberdades fundamentais juntas. As liberdades relacionadas ao espaço cívico, ao engajamento cívico e à integridade do ecossistema de informação pertencem juntas. Agora, em certos países onde existe uma tradição de regulamentação do acesso à mídia durante a campanha eleitoral, isso foi estabelecido para promover o pluralismo e condições equitativas. Portanto, nesses países, a legislatura e a autoridade reguladora da mídia precisam, hoje em dia, abordar a dimensão online da campanha eleitoral. Vou entregar ao nosso próximo orador, Benoît Loutrel, que apresentará com mais detalhes a experiência das autoridades francesas em estabelecer um diálogo mais estruturado com empresas de mídia social, candidatos e eleitores com base na legislação recente. Obrigada pelo seu tempo. Essas foram algumas das considerações preliminares com o objetivo de alimentar a conhecimento neste assunto. Em suma, não há panaceia, nem uma única parte interessada, nem mesmo líderes que possam resolver esse problema. São necessários nossos esforços conjuntos entre disciplinas e conhecimentos para apoiar uma vida online saudável.